



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Divisão de Licitação



DECISÃO EM RECURSO Nº 1/2020 - DILIC (11.01.11.04.03)

Nº do Protocolo: _____

Dourados-MS, 22 de abril de 2020.

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO N. 45/2019

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.775.601/0001-97, com sede na Rua João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, Dourados-MS, vem, dentro do prazo legal, decidir o recurso administrativo apresentado pela empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, contra a aceitação da proposta, apresentada pela empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Na data de 25 de Março de 2019 às 08h30min(horário de Brasília), foi realizada a sessão do pregão eletrônico e convocação dos anexos pelo pregoeiro no mesmo dia, para Contratação da prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, em regime de empreitada por preço unitário.

Ao encerrar a etapa de lances a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, primeira coloca na fase da etapa de lances, sagrou-se vencedora por apresentar o melhor lance; quando convocada a encaminhar a proposta e as planilhas atualizadas, a empresa atendeu com o envio dos anexos, assim houve a aceitação da proposta e posterior habilitação da empresa.

Neste momento, conforme estabelece a legislação vigente, foi concedido prazo para apresentação de intenção de recurso, quando a empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA apresentou sua intenção de recurso administrativo, contra a decisão de aceitação da proposta da empresa vencedora, alegando, em seus argumentos apresentados abaixo: **Manifestamos intenção de recurso frente à proposta de preços, planilhas e documentos de habilitação da licitante declarada vencedora, pelo descumprimento da legislação trabalhista e da legislação de regência, apresentando erros na planilha de preços e formação de custos, conforme restará demonstrado e fundamentado em nossa peça recursal.**

DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

Abaixo apresentamos os termos expostos pela empresa, in verbis:

? ...

PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.983.004/0001-41, com sede à Rua Coronel Pretextato Pena Forte Taborda Ribas, nº 562, Santa Quitéria - 80.310-260 - Curitiba, Estado do Paraná, por seu representante legal ao final assinado, vem, respeitosamente, à presença Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, bem assim, item 11 do edital e demais legislações descritas no preâmbulo do instrumento convocatório aplicáveis à espécie, apresentar seu RECURSO ADMINISTRATIVO.

Face a decisão desta Douta Divisão de Licitação ao declarar como vencedor a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.482.840/0001-38, tendo em vista o descumprimento pela referida empresa das exigências legais constantes do Instrumento Convocatório e por inobservância à legislação de regência, o que faz pelos fatos e fundamentos de direito que a seguir passa a expor.

A síntese dos fatos consta na íntegra no sistema Compras Governamentais.

(...)

DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, e pelo que mais possa ser suprido pelo entendimento de Vossa Senhoria, requer-se:

- O recebimento, acolhimento e provimento do presente Recurso Administrativo, o que faz com amparo na Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes e destacadas no preâmbulo do instrumento convocatório;
- O acolhimento e provimento do presente Recurso Administração com a finalidade de desclassificação da empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, do referido procedimento licitatório, pelo não atendimento das exigências do Instrumento Convocatório e da Legislação de regência, nos termos das razões e da fundamentação acima expostas;
- Na hipótese de, equivocadamente, não haver a reconsideração da decisão proferida pela Douta Comissão de Licitação, requer-se, o encaminhamento dos autos, bem como do presente Recurso Administrativo a Autoridade Superior para apreciação, de acordo com o que dispõe a legislação de regência e Edital de Licitação.

Nestes termos, pede deferimento.

CONTRARRAZÃO DE RECURSO

Em sua defesa a empresa recorrida LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA apresentou em suas contrarrazões as seguintes ponderações:

LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, já qualificada junto ao Edital de Pregão em epígrafe, por seus procuradores que ao final subscrevem, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso apresentado por PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, no certame, nos termos do que a seguir passa a expor:

A síntese dos fatos consta na íntegra no sistema Compras Governamentais.

(...)

IV - REQUERIMENTOS

Nesses termos, requer-se:

a) Sejam recebidas estas contrarrazões, sendo devidamente autuadas e processadas na forma da lei;

a) Que sejam desconsiderados os argumentos da Recorrente, decidindo-se pela manutenção da decisão que declarou a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda legítima vencedora do presente certame.

b) Que a Recorrida seja cientificada da decisão administrativa.

Termos em que, pede deferimento.

CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O primeiro ponto da alegação feita pela empresa **recorrente**: ?o Pregoeiro deixou de observar o que depreende do instrumento convocatório que os serviços serão objeto de retenção por conta vinculada e, ao analisar a proposta da empresa declarada vencedora **não verificou o devido lançamento dos percentuais legais**, bem como os que serão retidos na CONTA VINCULADA conforme item 20.4 (fl 60 a 62) do TERMO DE REFERENCIA, conforme dispõe o ANEXO XII da IN SEGES MP n. 5/2017?; (?) O percentual para as Férias e Adicional de Férias **não foi provisionado corretamente**, o qual deveria ser no mínimo de 12,10%, conforme a IN SEGES/MPDG Nº. 05/2017.

Quanto a esses pontos saliento que não razões por parte da recorrida, se verificar atentamente as planilhas e o memorial de cálculo da recorrida, visualizaremos todos os custos com percentuais cumprindo o provisionamento em consonância com a planilha estimativa da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), que está também em consonância com o caderno técnico Limpeza - mato grosso do sul https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/Cadernostecnicos/Cadernos2019/CT_LIM_MS_2019.pdf

Assim fica demonstrado que a planilha de custo seguiu o que determina a INSEGES/MPDG Nº. 05/2017, ainda que o percentual estimado na planilha de composição de custos da Instituição foi de 11,11% (férias e adicional de férias), contudo os percentuais que serão retidos para fins de pagamento dos valores destinados ao pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) na conta vinculada, bloqueada para movimentação será de 12,10%.

Outro ponto reclamado pela recorrente é o não atendimento pela recorrida em relação ao módulo 03 (três), alegando o não provisionamento dos custos necessários para arcar com as obrigações legais do contrato, conforme se vê no trecho da reclamação a seguir:

?Conforme demonstrado no tópico ?Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado?, para inclusão deste percentual na planilha de formação de custos, poderá ser realizado o desmembramento da incidência necessária de 4%, conforme extinção da Contribuição Social, entre os itens ?C? e ?F? do Módulo 3 - Provisão para Rescisão, sendo, 2% para o item ?C? e 2% para o item ?F?, fato este que não é possível verificar na planilha da recorrida.? Neste ponto observo que, o pregoeiro diligenciou junto a empresa ainda na fase de julgamento da proposta, solicitando as devidas justificativas para os valores do módulo 03 (três), contudo a empresa ?LIDERANÇA? atendeu a demanda, encaminhando via anexo sistema Compras Governamentais ?ofício com justificativas? provando os números apresentados na planilha, através de dados apresentado no CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS.

O último ponto reclamado pela recorrente é em relação ao módulo 4 - A - Substituto na cobertura de Férias (com valores igual a zero). Neste ponto o pregoeiro, ainda na etapa de julgamento das propostas diligenciou junto a empresa LIDERANÇA, questionando os motivos dos custos do profissional ausente (módulo 4, 4.1 - A) estar zerado, contudo a recorrida encaminhou anexou, explicando que: tais custos não serão utilizados, em virtude de não haver substituição de férias no primeiro ano de contrato. Em sua defesa, a empresa LIDERANÇA trouxe os seguintes argumentos:

?Ocorre que assim como a Liderança, os demais licitantes também tem o conhecimento de que não há custo com substituição de férias no 1º ano do contrato. A lógica é simples, o colaborador trabalha 12 meses para passar a ter direito a férias. Hora, se a vigência do contrato é por 12 meses, e já está considerando o custo com a indenização das férias no item 2.1 da planilha, ou seja, o colaborador irá laborar durante toda a vigência do contrato. Como podemos considerar o custo com a reposição de férias? É certo de que qualquer valor previsto para substituição de férias no primeiro ano do contrato automaticamente seria convertido em lucro para a empresa prestadora dos serviços, o que não seria a opção mais adequada, pois onera de forma indevida a Administração?.

Para essa situação o pregoeiro deixou claro no chat (Compras Governamentais), que na possível prorrogação do contrato a empresa contratada não terá direito ao ressarcimento desses custos, em razão de não serem apresentado na proposta inicial. Assim, cabe para essa mesma situação o exemplo do anexo VII-F da SEGES/MP N. 5 de 2017 (MODELO DE MINUTA DE CONTRATO).

(...)

1.2. Regras estabelecendo que nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

Ainda cabe o anexo IX da SEGES/MP N. 5 de 2017 (DA VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO).

(...)

9. A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

Ainda o instrumento convocatório menciona: se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5 de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Nesse mesmo sentido, têm-se o Enunciado do Acórdão 1244/2018-Plenário TCU que estabelece que antes de ter sua proposta desclassificada por inexecutabilidade, ao licitante deve ser franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidas pelo instrumento convocatório.

Entende o Tribunal de Contas da União, que a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falta grave, visto que os fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sob cada empresa, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

Sendo assim, a desclassificação de uma proposta deve se dar diante da constatação inequívoca de inexecutabilidade do preço ofertado, fundamenta-se basicamente na preservação da Administração Pública contra prováveis prejuízos, na defesa da lisura do processo licitatório, e do fiel cumprimento do contrato.

Assim, não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior para determinado item da planilha de formação de custos, ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante. É perfeitamente concebível que uma empresa partilhe custos, como infraestrutura, pessoal, entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços.

Conforme demonstrado, tanto o legislador quanto o Tribunal de Contas da União, muito sabiamente, manifestaram-se no sentido de evitar a desclassificação sumária das propostas sem a oportunidade de comprovação de exequibilidade do valor ofertado.

Assim, como a lei geral de licitações, também o próprio edital que rege essa licitação, ratifica o dever de diligência pelo pregoeiro, contudo, quando tratam de informações com o objetivo de esclarecer a instrução do processo. Contudo as informações e justificativas requisitadas pelo pregoeiro foram afirmadas pela empresa Recorrida mediante o envio dos anexos, ou seja, tratavam de documentos que no entender desse pregoeiro supriram lacunas quanto à apresentação da proposta.

Conforme constatação da planilha de composição de custos anexada pela empresa ?LIDERANÇA? e suas justificativas apresentada quando requeridas pelo pregoeiro, considero como irregular a inabilitação de licitante pelas razões proferidas das pela recorrente, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade da licitação.

Como se pode verificar pela condução da licitação, até mesmo no momento das diligências pelo pregoeiro, que não houve afronta ao edital e a lei de licitações, contudo o próprio instrumento convocatório da liberdade ao pregoeiro no tocante às diligências, sempre prezando e mantendo a máxima transparente e o respectivo controle social.

Convém mencionarmos ainda o posicionamento do jurista administrativo, Marçal Justen Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos 11ª Edição de 2005, p. 60:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. (...) Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais. Daí a advertência de Adilson de Abreu Dallari, para quem:

“Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; (...) Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante.”

Nesse panorama, deve-se interpretar a Lei e o Edital, como veiculando exigências instrumentais. A apresentação de documentos, o preenchimento de formulários, a elaboração das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se de modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa.

Portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita regulamentação originariamente imposta na Lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à inviabilidade, à inabilitação ou à desclassificação.

Desta forma, ao considerarmos a legislação pertinente, a aplicabilidade dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o objeto social, os documentos de habilitação e a proposta apresentada pela empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, constatamos que a recorrida atendeu aos requisitos de qualificação técnica e econômica para fins de habilitação previstos na legislação e no edital do respectivo pregão, resguardando-se, ainda, os regramentos da vinculação ao edital, sem que o excesso de formalismo venha a impedir a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

CONCLUSÃO

Portanto, face ao que foi exposto, verifica-se que as observações e apontamentos da recorrente não merecem acolhimento, devido à rigidez excessiva que as mesmas impõem ao julgamento da licitação, contrariando a doutrina e a legislação vigente. Assim, se decidiu pelo INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto pela empresa PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Portanto, tendo o recurso sendo julgado improcedente este Pregoeiro, com base nas disposições dos incisos VII do Art. 11 do Decreto 5.450/05 e inciso IV do Art. 13 do Decreto 10.024/2019, e das orientações contidas na página Compras Governamentais (Se existir pelo

menos um recurso que não procede, clique em "Não Procede", para que haja decisão da autoridade competente), **encaminha** o presente processo para análise e decisão por parte da Autoridade Competente.

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO N. 45/2019

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, inscrita no CNPJ sob o n 07.775.601/0001-97, com sede na Rua João Rosa Góes, 1761, Vila Progresso, Dourados-MS, vem, dentro do prazo legal, decidir o recurso administrativo apresentado pela empresa GRABIN OBRAS E SERVIÇOS EIRELI, contra a aceitação da proposta, apresentada pela empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Na data de 25 de Março de 2019 às 08h30min(horário de Brasília), foi realizada a sessão do pregão eletrônico e convocação dos anexos pelo pregoeiro no mesmo dia, para Contratação da prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, em regime de empreitada por preço unitário.

Ao encerrar a etapa de lances a empresa ?LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA?, primeira coloca na fase da etapa de lances, sagrou-se vencedora por apresentar o melhor lance; quando convocada a encaminhar a proposta e as planilhas atualizadas, a empresa atendeu com o envio dos anexos, assim houve a aceitação da proposta e posterior habilitação da empresa.

Neste momento, conforme estabelece a legislação vigente, foi concedido prazo para apresentação de intenção de recurso, quando a empresa GRABIN OBRAS E SERVIÇOS EIRELI apresentou sua intenção de recurso administrativo, contra a decisão de aceitação da proposta da empresa vencedora, alegando, em seus argumentos apresentados abaixo: **?Manifestamos intenção de recurso, com base do direito do contraditório, tendo em vista que a proposta apresentada pela empresa arrematante contém erros na formação dos custos, apresentando indícios de inexequibilidade, bem como não atende a todos os requisitos da habilitação, o qual será fundamento no recurso.?**

DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA GRABIN OBRAS E SERVIÇOS EIRELI

A síntese dos fatos consta na íntegra no sistema Compras Governamentais.

4. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja recebido o presente recurso e no mérito:

- a) Seja reconsiderada a decisão do pregoeiro, com a consequente desclassificação da proposta da Recorrida, nos termos da fundamentação.
- b) Caso o Sr. Pregoeiro não reconsidere sua decisão, requer-se que sejam os autos remetidos para Autoridade Superior competente para reforma da decisão, devidamente fundamentado.

Termos em que pede deferimento.

GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS EIRELI - EPP

CONTRARRAZÃO DE RECURSO

Em sua defesa a empresa recorrida LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA apresentou em suas contrarrazões as seguintes ponderações:

?LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, já qualificada junto ao Edital de Pregão em epígrafe, por seus procuradores que ao final subscrevem, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso apresentado por GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS EIRELI - EPP, no certame, nos termos do que a seguir passa a expor:

A síntese dos fatos consta na íntegra no sistema Compras Governamentais.

(...)

IV - REQUERIMENTOS

Nesses termos, requer-se:

- a) Sejam recebidas estas contrarrazões, sendo devidamente autuadas e processadas na forma da lei;
- a) Que sejam desconsiderados os argumentos da Recorrente, decidindo-se pela manutenção da decisão que declarou a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda legítima vencedora do presente certame.
- b) Que a Recorrida seja cientificada da decisão administrativa.

Termos em que, pede deferimento.

CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O primeiro ponto reclamado foi em relação à produtividade apresentada pela empresa LIDERANÇA, segundo a recorrente poderá acarretar na baixa qualidade dos serviços prestados. Porém, antes, de prosseguir, vejamos o que retrata o edital de convocação acerca à produtividade na proposta:

?6.1.2.2 produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade.?

?6.1.2.2.1 A quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual;?

?6.1.2.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela administração, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;?

¶6.1.2.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.?

Contudo, o que se visualiza no edital é a possibilidade de produtividade diferenciadas daquelas previstas no Termo de Referência e na planilha de composição de custos modelo, da qual a Administração se utilizou como referência.

Podemos verificar que a proposta e a planilha da recorrida utilizou-se de parâmetros permitidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017, ou seja, não extrapolou os limites de produtividade ali delimitados. Ainda, na etapa do julgamento da proposta, o pregoeiro requereu da recorrida justificativa em relação à produtividade adotada, mesmo ciente que a mesma fora estipulada dentro dos limites da norma. A empresa LIDERANÇA por sua vez atendeu ao requerimento, encaminhando resposta com justificativa em anexo do sistema Compras Governamentais. Assim nesse ponto não vislumbro irregularidade a produtividade adota pela recorrida, nem mesmo indícios de inexecuibilidade da proposta.

O segundo ponto da alegação feita pela recorrente, conforme trecho do recurso:

?ocorre que observando a proposta e planilha apresentada pela empresa Recorrida nos deparamos com a não observância dos percentuais obrigatórios a serem retidos em conta vinculada, e que consequentemente devem estar previstos na proposta da empresa Recorrida.?

Quanto a esse ponto, também não enxergo razões por parte da recorrente, se verificar atentamente as planilhas e o memorial de cálculo da recorrida, logo visualizaremos todos os custos com percentuais cumprindo o provisionamento em consonância com a planilha estimativa da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), que está também em consonância com o caderno técnico Limpeza - mato grosso do sul
https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/Cadernostecnicos/Cadernos2019/CT_LIM_MS_2019.pdf

Assim fica demonstrado que a planilha de custos seguiu o que determina a IN SEGES/MPDG Nº. 05/2017, ainda que o percentual estimado na planilha de composição de custos da Instituição foi de 11,11% (férias e adicional de férias), contudo os percentuais que serão retidos para fins de pagamento dos valores destinados ao pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) na conta vinculada, bloqueada para movimentação será de 12,10%.

Por fim, a recorrente reclama que não houve atendimento pela recorrida em relação ao módulo 03 (três), alegando o não provisionamento dos custos necessários para arcar com as obrigações legais do contrato seria em relação Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado = 5,00 %.

Neste ponto, este pregoeiro diligenciou junto à empresa ainda na fase de julgamento da proposta, solicitando as devidas justificativas para os valores do módulo 03 (três), contudo a empresa ?LIDERANÇA? atendeu a demanda, encaminhando via anexo sistema Compras Governamentais ?ofício com justificativas? provando os números apresentados na planilha, através de dados apresentado no CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Assim, também, nesse ponto não visualizo irregularidade à produtividade adota pela recorrida, nem mesmo indícios de inexecuibilidade da proposta.

Ainda o instrumento convocatório menciona: se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Nesse mesmo sentido, têm-se o Enunciado do Acórdão 1244/2018-Plenário TCU que estabelece que antes de ter sua proposta desclassificada por inexecuibilidade, ao licitante deve ser franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidas pelo instrumento convocatório.

Entende o Tribunal de Contas da União, que a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de exequibilidade constitui falta grave, visto que os fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sob cada empresa, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

Sendo assim, a desclassificação de uma proposta deve se dar diante da constatação inequívoca de inexecuibilidade do preço ofertado, fundamenta-se basicamente na preservação da Administração Pública contra prováveis prejuízos, na defesa da lisura do processo licitatório, e do fiel cumprimento do contrato.

Assim, não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior para determinado item da planilha de formação de custos, ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante. É perfeitamente concebível que uma empresa partilhe custos, como infraestrutura, pessoal, entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços. Conforme demonstrado, tanto o legislador quanto o Tribunal de Contas da União, muito sabiamente, manifestaram-se no sentido de evitar a desclassificação sumária das propostas sem a oportunidade de comprovação de exequibilidade do valor ofertado.

Assim, como a lei geral de licitações, também o próprio edital que rege essa licitação, ratifica o dever de diligência pelo pregoeiro, contudo, quando tratam de informações com o objetivo de esclarecer a instrução do processo. Contudo as informações e justificativas requisitadas pelo pregoeiro foram afirmadas pela empresa Recorrida mediante o envio dos anexos, ou seja, tratavam de documentos que no entender desse pregoeiro supriram lacunas quanto à apresentação da proposta.

Conforme constatação da planilha de composição de custos anexada pela empresa ?LIDERANÇA? e suas justificativas apresentada quando requeridas pelo pregoeiro, considero como irregular a inabilitação da licitante pelas razões proferidas das pela recorrente, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade da licitação.

Como se pode verificar pela condução da licitação, até mesmo no momento das diligências pelo pregoeiro, que não houve afronta ao edital e a lei de licitações, contudo o próprio instrumento convocatório da liberdade ao pregoeiro no tocante às diligências, sempre prezando e mantendo a máxima transparente e o respectivo controle social.

Convém mencionarmos ainda o posicionamento do jurista administrativo, Marçal Justen

Filho, em seu livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos 11ª Edição de 2005, p. 60: *“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. (...) Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais. Daí a advertência de Adilson de Abreu Dallari, para quem: “existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; (...) Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante.”*

Nesse panorama, deve-se interpretar a Lei e o Edital, como veiculando exigências instrumentais. A apresentação de documentos, o preenchimento de formulários, a elaboração das propostas não se constituem em condutas ritualísticas. Não se trata de verificar a habilidade dos envolvidos em conduzir-se de modo mais conforme ao texto da lei. Todas as exigências são o meio de verificar se o licitante cumpre os requisitos de idoneidade e se sua proposta é satisfatória e vantajosa.

Portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita regulamentação originariamente imposta na Lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à inviabilidade, à inabilitação ou à desclassificação.

Desta forma, ao considerarmos a legislação pertinente, a aplicabilidade dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o objeto social, os documentos de habilitação e a proposta apresentada pela empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, constatamos que a recorrida atendeu aos requisitos de qualificação técnica e econômica para fins de habilitação previstos na legislação e no edital do respectivo pregão, resguardando-se, ainda, os regramentos da vinculação ao edital, sem que o excesso de formalismo venha a impedir a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

CONCLUSÃO

Portanto, face ao que foi exposto, verifica-se que as observações e apontamentos da recorrente não merecem acolhimento, devido à rigidez excessiva que as mesmas impõem ao julgamento da licitação, contrariando a doutrina e a legislação vigente.

Assim se decidiu pelo INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto pela empresa GRABIN OBRAS E SERVIÇOS URBANOS EIRELI - EPP.

Portanto, tendo o recurso sendo julgado improcedente este Pregoeiro, com base nas disposições dos incisos VII do Art. 11 do Decreto 5.450/05 e inciso IV do Art. 13 do Decreto 10.024/2019, e das orientações contidas na página Compras Governamentais (Se existir pelo menos um recurso que não procede, clique em "Não Procede", para que haja decisão da autoridade competente), **encaminha** o presente processo para análise e decisão por parte da Autoridade Competente.

(Assinado digitalmente em 22/04/2020 17:05)
PAULO MARCELO CANAZZA DA SILVA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 1876926

Processo Associado: 23005.002969/2018-16

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 1, ano: 2020, tipo: DECISÃO EM RECURSO, data de emissão: 22/04/2020 e o código de verificação: 0a37245779